



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

ATA DE REUNIÃO

ATA NÚMERO 04/2020

Aos **quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte**, com início às oito horas e trinta minutos, de forma web conferência, realizou-se sessão ordinária do Conselho Universitário - CONSUN da Universidade Federal de Pelotas, convocada e presidida pelo **Professor Pedro Rodrigues Curi Hallal**, Reitor, com a participação dos seguintes conselheiros: **Márcio Figueiredo**, representando o Diretor da Escola Superior de Educação Física; **Dirceu Agostineto**, Diretor da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel; **Mauricio Couto Polidori**, Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; **Oscar José Echenique Magalhães**, Diretor da Faculdade de Direito; **Isabel Cristina Rosa Barros Rasia**, Diretora da Faculdade de Administração e Turismo; **Aline Acssi**, Vice-Diretora da Faculdade de Educação; **Valéria Cristina Christello Coimbra**, Diretora da Faculdade de Enfermagem; **Fabrcício Pereira Härter**, Diretor da Faculdade de Meteorologia; **Marcelo Fernandes Capilheira**, Diretor da Faculdade de Medicina; **Evandro Piva**, Diretor da Faculdade de Odontologia; **Gilberto D'Ávila Vargas**, Diretor da Faculdade de Veterinária; **Silvana Paiva Orlandi**, Diretora da Faculdade de Nutrição; **Paula Brauner**, representando a Diretora do Centro de Letras e Comunicação; **Luiz Fernando Minello**, Diretor do Instituto de Biologia; **Sebastião Peres**, Diretor do Instituto de Ciências Humanas; **Rui Carlos Zambiasi**, Diretor Adjunto do Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos; **Isabela Fernandes Andrades**, Diretora do Centro das Engenharias; **Jabr Hussein Deeb Haj Omar**, Diretor do Centro de Integração do MERCOSUL; **Nadia da Cruz Senna**, Vice-Diretora do Centro de Artes; **Willian Silva Barros**, Diretor do Instituto de Física e Matemática; **João Francisco Nascimento Hobuss**, Diretor do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política; **Cesar Valmor Rombaldi**, suplente da representante dos Professores Titulares; **Luiz Carlos Rigo**, representante dos Professores Titulares; **Fabiane Tejada da Silveira**, representante dos Professores Associados; **Luciano Volcan Agostini**, representante dos Professores Associados; **César Dalmolin Bergoli**, representante dos Professores Adjuntos; **Eleonora Campos da Motta Santos**, suplente do representante dos Professores Adjuntos; **Rômulo Henrique Batita de Farias**, representante dos Professores Assistentes; **Eugênia Antunes Dias**, representante dos Professores Auxiliares; **Gabrielito Rauter Menezes**, representante dos Professores Auxiliares; **Robinson dos Santos**, suplente da representante dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação; **Gustavo Maia Souza**, representante dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação; **Tatiana Pereira Cenci**, representante dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação; **Beatriz Franchini**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação (Vida); **Marina Peres Bainy**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação (Vida); **Clarissa Marques M. dos Santos**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação (Exatas); **Sigmar de Lima**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação (Exatas); **Denise Petrucci Gigante**, suplente da representante dos Docentes Aposentados; **Luiz Filipe Damé Schuch**, suplente do representante do COCEPE; **Izabel Cristina Custódio de Souza**, suplente da representante do COCEPE; **Ana Carolina Issler Ferreira Kessler**, representante Comunitária; **Jacques Adolphe Gastão Reydams**, representante Comunitário; **Sergio Eloir Teixeira Wotter (suplente)**, **João Carlos Roedel Hirdes**, **Renata Vieira Rodrigues Severo (suplente)**, **Morgan Yuri Oliveira Teles Machado**, **Mariuzza Toledo Pinheiro(suplente)** e **Barto Oliveira Rossi de Farias**, representantes do Pessoal Técnico-Administrativos e **Albio Ferreira da Costa**, representante dos Servidores Técnico-

Administrativos Inativos. Não compareceram os conselheiros: **Luís Isaiás Centeno do Amaral**, Vice-Reitor, por estar em férias; **Tiago Veiras Collares**, Diretor do Centro de Desenvolvimento Tecnológico; **Larissa Dall Agnol da Silva**, representante dos Professores Assistentes; **Flavia Carvalho Chagas**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação(Humanas); **Miguel Medina Júnior**, representante Comunitário; **Douglas Rafael Antunes Ortiz Duarte**, **Bibiana Lauz Terra Mendes**, **Augusto Martins de Ávila**, **Hullifas Lopes Nogueira**, **Hugo Carlos Bolzon Gonzalez**, **Tony de Siqueira Sechi**, e **Lucas Ferreira Santos Melo**, representantes discentes e **Rogéria Aparecida Garcia**, representante do Pessoal Técnico-Administrativo. Com a confirmação de quórum, o senhor presidente deu início à reunião passando aos Informes: 1) O senhor presidente informou sobre Portaria do MEC nº 1.030, de 1º de dezembro de 2020, que determinava que no início de janeiro (04), as atividades presenciais em todas as Universidades Federais deveriam retornar. Foi publicada sem nenhum diálogo com Reitores. Várias Universidades se manifestaram. O MEC voltou atrás na Portaria da Nota. O Secretário da SeSU respondeu que não tinha conhecimento da Portaria. O próprio Ministro declarou que revogaria a Portaria. No dia anterior havia saído convocação para reunião naquela manhã. A ANDIFES levaria a decisão unânime que não cumpririam a Portaria, por não ser vinculante. A conselheira Eugênia perguntou se estava na pauta da ANDIFES o Ensino Remoto, ao que o senhor presidente respondeu que não havia sido tirada nenhuma posição final sobre o assunto, embora tivessem debatido o tema. Solicitou que ficasse registrado em Ata que, para ele, um dos motivos da Portaria era jogar os alunos contra as Gestões das Universidades e dos professores. O conselheiro João Hirde perguntou se atenderiam a solicitação da ASUFPEL de retirar o terceiro ponto de pauta, ao que o senhor presidente respondeu que o próximo passo seria a apreciação da pauta e neste momento poderiam colocar o assunto. De pronto passou à análise da ordem do dia. Disse que na última reunião haviam sido sugeridos acréscimo de três pontos, mas iriam entrar na próxima reunião. Disse que tinham um pedido formal do conselheiro João Hirde, de retirar de pauta o terceiro item. O conselheiro Sergio Wotter defendeu a retirada, dizendo que haviam discutido na Assembleia do dia dois de dezembro. Não tiveram tempo de fazer uma discussão mais aprofundada do tema. A Resolução vigente havia sido construída em conjunto com o Sindicato. A nova proposta, iria ser analisada por uma Comissão retirada na Assembleia. Queriam se apropriar melhor do assunto. O senhor presidente perguntou se alguém queria defender a permanência do item. Sem manifestações, colocou em votação a retirada, que foi aprovada por unanimidade. O conselheiro Luciano Agostini falou que na linha de assuntos para ser incluídos na pauta, um dizia respeito à Associação à Empresa. Outra questão era em relação à troca de mensagens com o Reitor, que tivera na última reunião. Disse que se sentia desrespeitado e compartilhara o fato com os seus representados. Solicitou que fosse incluído na presente Ata o seguinte depoimento: "Gostaria de registrar minha inconformidade e protesto com a agressão que sofri do Presidente do CONSUN, quando enviei a mensagem abaixo para os Conselheiros: "Aproveito para manifestar meu espanto com o tamanho da pauta apresentada. Em discussão com os Associados, ficou claro o desconforto de todos com uma pauta tão extensa e tão importante, depois de ficarmos quase um ano sem reuniões. Ou o CONSUN segue sendo tratado como um órgão meramente cartorial, ou as discussões apontadas não irão se esgotar nesta reunião. Espero que a segunda opção seja a majoritária. A pauta traz pontos de extrema importância que merecem uma discussão mais aprofundada no Conselho e com aqueles que representamos. Aproveito para destacar que esta manifestação foi sugestão dos professores Associados, que estão descontentes com a forma como o CONSUN tem sido conduzido." A resposta que recebi foi a seguinte: "A utilização dessa lista de e-mails com mais de 70 pessoas (todas ocupadas), para fazer uma política rasa e até certo ponto infantil, infelizmente, tornou-se corriqueira nos últimos meses. Acho muito importante que o colega esteja preocupado com o tamanho da pauta do CONSUN. Aproveito para lhe encaminhar a convocação da reunião do CONSUN de 11 de outubro de 2016, época na qual o colega era pró-reitor, salvo engano. Será que naquela época era adequado discutir 16 pontos de pauta e agora é inadequado discutir 17? Aproveito para solicitar aos conselheiros e conselheiras que evitem utilizar essa lista de e-mails dessa forma." Destaco que fui eleito para o Conselho, entre outros, com a seguinte pauta: "Entendemos que esse Conselho, que tem sido acionado mais como um órgão cartorial para aprovar as pautas da Gestão, precisa se transformar no centro do debate acadêmico na UFPel". Destaco, também, que minha motivação para a mensagem foi o fato de termos ficado 11 meses sem reunião do CONSUN e o acúmulo de pautas foi

imenso, com muitas pautas importantes aprovadas ad referendum e que, naquele momento, a pauta apresentada era enorme e complexa. Infelizmente, nenhum desses problemas foi reconhecido e recebi a agressão relatada acima. Além de demonizar o fazer política, fui acusado de raso e infantil no fazer política. Para piorar, foi solicitado que os Conselheiros não usem a lista de e-mails para discutir assuntos como esse. Assim, fica registrado meu desapontamento e meu protesto frente essa agressão que sofri”. O senhor presidente deu sequência à reunião, passando ao **Item 01 – PROCESSO Nº 23110.049077/2019-54 – PROPOSTA DE REGIMENTO INTERNO DA OUVIDORIA**. O senhor presidente perguntou se o conselheiro Oscar Magalhães poderia ler o parecer da CLN. Este respondeu que não havia necessidade e o parecer era favorável. O senhor presidente deixou a palavra à disposição dos conselheiros. Não havendo manifestações, colocou em votação o Regimento que foi aprovado por unanimidade. **Item 02 – PROCESSO Nº 23110.004689/2020-51 - APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COMISSÃO ESPECIAL CRIADA PELO CONSUN PARA PROPOR ALTERNATIVAS QUE FACILITEM E AGILIZEM A EXECUÇÃO DOS PROJETOS APOIADOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO DA UFPEL**. O senhor presidente lembrou que no ano anterior estavam em reunião e os conselheiros Antônio Oliveira e Gustavo Maia haviam solicitado que os processos das Fundações fossem melhor trabalhados e foi tirada uma Comissão que deveria servir de exemplo para as demais, pois trabalhou muito bem e de forma muito ágil, fazendo uma série de propostas para qualificar o trabalho das Fundações de Apoio fez reuniões com a presidência da Fundação e apresentou seu trabalho, envolvendo a Coordenação de Convênios e Contratos, e gostaria de apresentar, mesmo que de forma breve, o resultado do processo conduzido por ela. Muitas das mudanças inclusive já haviam sido implementadas nas Fundações, pois eram sugestões, mas as Fundações haviam achado por bem implementá-las. O conselheiro César Bergoli disse que inicialmente não havia feito parte da Comissão e havia sido convidado como coordenador de Convênios e Contratos e pediram ao Professor Marco Aurélio, para colaborar. Resumindo, a insatisfação apresentada naquela reunião do CONSUN, pelos conselheiros citados anteriormente, era em relação a algumas rotinas relacionadas à execução dos contratos e também algumas rotinas relacionadas à execução de convênios, que têm sido celebrados pelas Fundações de Apoio, questionando que algumas ações eram muito burocráticas e atrasavam a execução dos trabalhos. Havia conversado com todas as Universidades Públicas do Estado, e fizeram um compilado de como as rotinas se davam nestas Instituições sobre estas demandas apontadas e obviamente não fugindo em nenhum momento do amparo legal necessário, inclusive havendo algumas reclamações sobre rotinas, principalmente dos convênios, que colocaram no relatório que não era possível ser alteradas, porque a legislação não previa esta alteração. Não dava brecha para flexibilizar a utilização de recurso público sem o devido rigor. A Comissão e professores entenderam perfeitamente todas estas demandas. Quando a Comissão se reuniu fizeram sugestões de alteração e sugestões de implementação e o documento serviu muito para a atual Gestão e pode servir para todas as outras Gestões que vierem substituir a atual e como elas poderiam implementar mudanças naquelas rotinas. As mudanças solicitadas estavam no documento constante no processo da Ata. Muitas já haviam sido implementadas, sem perder nenhum aspecto legal mirando a nova Portaria de Celebração de Instrumentos. A Coordenação de Convênios e Contratos já estava seguindo as solicitações deste documento e desta Comissão, a Portaria de Acompanhamento nova publicada está no site da Coordenação de Convênios e Contratos e também já estava seguindo as determinações desta Comissão. Acreditava que havia sido um acréscimo e uma vitória muito grande principalmente para a celebração dos instrumentos que agilizou muito a celebração dos instrumentos e desburocratizou e estava dando maior autonomia para o professor trabalhar com a natureza de despesas e com as rubricas durante a execução dos contratos, para os convênios, infelizmente a legislação é maior e não tem como fazer uma maior flexibilização, mas para os contratos sim. O documento estava ali posto e ela não resultou apenas no documento, mas também já resultou na elaboração das novas duas Portarias de Celebração de Instrumentos e de Acompanhamento e Controle e Fiscalização e estava em iminência de auxiliar na celebração da nova Portaria de Prestação de Contas desses instrumentos. O senhor presidente agradeceu a todos que colaboraram com a Comissão e deixou a palavra à disposição dos conselheiros. Luiz Carlos Rigo disse que tinha ficado com curiosidade quando lera o relatório. Possibilidade de modificações no critério de bolsas. Voltaria ao CONSUN? O senhor presidente esclareceu que em 2013/2014 tivemos problema com bolsas das Fundações. O CONSUN emitira Resolução bastante discutida na Comunidade. A Resolução do trabalho da Comissão dava conta

de atualizações necessárias (compatibilidade de Bolsas CNPq e CAPES). Ainda havia sugestão de alteração da Resolução de bolsas, que seria discutida no CONSUN. O conselheiro César Bergoli disse que naquele momento em que a Comissão escreveu o documento já estavam na base de Convênios e Contratos, para elaboração de uma nova Resolução mais ampla, muito devido à solicitação dos Órgãos de Controle, pois alguns itens não eram contemplados nas Resoluções atuais. A Universidade tinha três Resoluções e nenhuma invalidava a outra e muitas tratavam de temas semelhantes. A nova Resolução atacava alguns itens que não eram contemplados nas outras, por exemplo, Bolsa para Professores Aposentados, se poderiam ou não receber e os Órgãos de Controle nos cobram este tipo de regulamentação. Essa Resolução mais ampla que está tentando estes novos itens de bolsas, já está redigida, já passou pela Procuradoria Jurídica e estava na Comissão de Legislação e Normas. Deve entrar para avaliação e discussão da Comunidade toda no tempo necessário e acreditava que para a próxima Gestão. A Resolução havia sido finalizada no início do ano, mas devido à pandemia, ficou para ser discutida por este Conselho brevemente. Sem mais manifestações, o senhor presidente deu por encerrado o item. **Item 03 – PROCESSO Nº 23110.049647/2019-14 – REGULAMENTO DO PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DA UFPEL.** Retirado de pauta, por solicitação dos Servidores Técnico-Administrativos. **Item 04 – PROCESSO Nº 23110.015934/2020-56 – PROPOSTA DE REGIMENTO INTERNO DO CENTRO DE ENGENHARIAS – CENG.** A conselheira Isabela Andrade fez considerações sobre a proposta. Disse que o Regimento estava vigente desde o ano de 2013, precisando ser revisado. Uma Comissão foi montada, para fazer este trabalho. Contribuições recebidas da Comunidade através de formulário. Informações compiladas em texto base, analisado em Assembleia e encaminhado ao Conselho do Centro. Trazido para apreciação do CONSUN. Cursos novos e Núcleo Administrativo precisavam constar do Regimento. O conselheiro Oscar Magalhães leu o parecer favorável da CLN. Colocado em votação, o Regimento foi aprovado, por unanimidade. **Item 05 – PROCESSO Nº 23110.021288/2020-66 – SUGESTÃO DE CRIAÇÃO DE COMISSÃO PARA DEBATER O TEMA DA DISTRIBUIÇÃO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS ENTRE DEPARTAMENTOS, CÂMARAS, MUSEUS, ETC.** O senhor presidente disse que fizera questão de trazer o assunto para o Conselho. Era um ponto importante para o futuro da UFPEL e o Conselho precisava se manifestar com urgência. Sugeriu criar uma Comissão para estudar o assunto. Disse que no ano de 2013, na primeira reunião do Conselho, o Professor Mauro Del Pino havia trazido a proposta de organograma da UFPEL, com uma série de reestruturações. Em 2017 foi aprovada uma mudança de organograma. Tinha uma questão que foi se perdendo e colocada em “pausa”, que estava longa demais, por não conseguirem tratar da Estatuante. Qualquer Gestor que estivesse no cargo dele, acabaria se deparando com situações que eram absolutamente injustificáveis. Nem todos os cargos semelhantes recebiam FG. O organograma que envolve mais as Unidades Acadêmicas apresentavam mais estes casos. Não se sentia autorizado pela Comunidade a decidir em que local disponibilizaria as FGs. Queria trazer esta discussão para este Conselho. Minimamente deveriam iniciar este assunto e formar uma Comissão que estudaria e traria o assunto para o Conselho. Deixou a palavra a disposição dos conselheiros. A conselheira Eugênia Antunes disse que tinha dúvida, pois na época que estava na PROGEP, o Fórum da ANDIFES estava discutindo este tema. O FORGEP estava fazendo esta análise e queria saber se haviam concluído este trabalho. O senhor presidente disse que o assunto havia gerado polêmica na ANDIFES, pela desigualdade. Foi encaminhado documento para o MEC, que respondeu que trataria caso a caso com os Gestores. A UFPEL fez solicitações pontuais e as respostas foram sempre negativas. O conselheiro Sergio Wotter perguntou sobre decisão do Governo Federal de eliminar algumas FGs de menor valor. Perguntou se tinha sido efetivado. Agora com a criação dos Núcleos Administrativos queria saber se todos recebiam FG. O senhor presidente respondeu que sobre a eliminação das FGs baixas as Universidades ganharam a questão e não foi implementada. Em relação aos Núcleos Administrativos todas as Unidades tinham recebido. A Faculdade de Educação não tinha, porque respondera que não queriam. Depois entrara com a solicitação e no momento não tinha disponibilidade. Trazia ao Conselho a redefinição de distribuição de FGs na Universidade. A discussão era FG2 de Departamentos e Câmaras. A conselheira Valéria Coimbra disse ser importante a discussão, pois a Faculdade de Enfermagem tinha Departamento com cinquenta e três pessoas. Dividiram e um Departamento ficou com FG e outro não, causando algumas vezes indisponibilidades. São pontos de tencionamento entre colegas de Departamentos. O conselheiro Marcelo

Capilheira falou na mesma linha da conselheira Valéria e disse que a Faculdade de Medicina era dividida em Departamentos. Quando agregaram a Psicologia e Terapia Ocupacional, estes não conseguem formar Departamentos pela falta de FG. Mesmo a reconstrução do organograma da FaMed não atenderia o caso. Ter uma ordenação sobre isto seria importante. O conselheiro Evandro Piva parabenizou a iniciativa. Era importante a correção de assimetria entre Unidades. Falou que em alguns setores sua Unidade tem sobrecargas. Deveriam corrigir uma dívida com os Técnico-Administrativos que assumem várias funções. As Unidades que trabalham com pacientes deveriam ter estrutura de apoio. Era um tema muito relevante. Perguntou a relação de discutirem naquele momento e depois implantarem a Estatuinte. Destacou que a implementação do SEI desonerava algumas funções e poderiam fazer redistribuições internas. A conselheira Isabela Andrade falou que o assunto já havia surgido no Centro de Engenharias. A estrutura dos Núcleos Administrativos era muito importante. Antigamente tinham uma estrutura e com a criação do Centro trabalhavam com Câmaras sem gratificação, apesar do trabalho intenso. Deveriam analisar as peculiaridades das Unidades Acadêmicas. O conselheiro Luciano Agostini disse que percebia que o organograma com mais posições de chefias do que FGs seria preciso. O organograma não espelha ou não respeita o conjunto de FGs que temos à disposição. Era assunto difícil, mas importante de tratar. Parabenizou pela iniciativa. Disse que a Comissão deveria trabalhar alinhada com a nova Gestão. Deveriam convidar uma pessoa que fizesse parte da Gestão. O conselheiro Gustavo Souza disse que queria ratificar que era uma discussão bastante pertinente e tangenciava vários outros pontos relativos à organização da UFPel. A ele parecia que as distorções estavam associadas à diversidade de tipos de Unidades que compõem a UFPel. Talvez esta questão fosse resolvida ao final e ao cabo, quando tivessem uma Estatuinte, onde a organização da Universidade fosse revista. Existia outro ponto que iria tangenciar a questão das FGs, talvez com uma consequência, que eram situações inusitadas que vinha presenciando, por exemplo, quando algum docente que tivesse insalubridade, assumindo uma FG perde essa insalubridade, que depois não retorna. Isso poderia atingir a competência de quem assume estes cargos. O conselheiro Sebastião Peres disse que não tinha muito a contribuir, mas iria informar as ocorrências do Instituto de Ciências Humanas. Relatou que um professor designado para desempenhar uma função de chefia soube que não receberia FG. O ICH tem cinco Departamentos e depois ficaram em três. Com o REUNE o Departamento de História cresceu muito, excedendo o número máximo de pessoas e depois foi fracionado em três, ficando dois sem FG. Sabiam da condição, mas sabiam do interesse das áreas para criarem os Departamentos. Atualmente, por razão de mudanças na legislação, houve necessidade de desdobramento do Curso de Antropologia, criando dois Departamentos (Antropologia e Arqueologia), sem FG. Deveriam rediscutir, por solicitação do COCEPE. O entendimento era de que esta era função da Reitoria. O COCEPE deveria autorizar e negociar com a Gestão a disponibilidade das FGs, ou não autorizasse. O conselheiro César Bergoli trouxe outro ponto sobre a questão das FGs. Além de quem deve receber FG, havia a discussão de quais FGs deveriam ir para cada setor. Deu exemplo do setor de Convênios, onde um servidor tem que analisar as prestações de contas. Outra questão era as pessoas com cargo de chefia. Deveriam discutir mais profundamente. Lembrou do exemplo apresentado, onde a pessoa não chefia ninguém, mas tem uma responsabilidade muito grande. A conselheira Isabel Rasia parabenizou o senhor presidente por trazer o ponto para discussão, que era extremamente importante. Disse que achava injustiça pessoas assumindo grandes responsabilidades, sem receber FG. Deveria estar atrelada a discussão à Estatuinte. Se colocou à disposição para participar da Comissão. Deveriam ter uma discussão franca com a Comunidade. Deveriam buscar mais FGs e não tirar dos que as possuem. Disse que acreditava que estudantes, TAs e docentes deveriam participar da Comissão. O senhor presidente disse que iria responder alguns itens e também se manifestar. Sobre não retirar FG de ninguém, não iria acontecer de receberem mais FGs do Governo. Não era garantido. Sobre Estatuinte achava necessária a discussão das FGs em função desta Estatuinte. Era uma parte da Estatuinte começando. Sobre a pergunta da quantidade de FGs e o organograma, o número bate, mas onde não batia era dentro das Unidades Acadêmicas, por todos os motivos que os Diretores haviam apresentado. Sobre a participação de Diretores na Comissão, deveriam ter mais pessoas envolvidas. As distorções deveriam ser analisadas e resolvidas. Sobre a Unidade redistribuir estas FGs, ficava um “jogo de empurra” entre MEC, Gestão e Unidade Acadêmica. Nenhum Gestor disse que tinha sobra de FG. A Comissão deveria entender que iriam enfrentar a questão de redistribuição de FGs. A proposta era de que a Comissão iniciasse pelos setores onde a dificuldade era maior (Departamentos, Câmaras, Museus). Sobre a composição da

Comissão, disse que não gostava de um número muito grande de pessoas e propôs que ficassem sete pessoas e uma vaga ficasse para alguém da próxima Gestão. O conselheiro César Bergoli disse que primeiramente deveriam fazer o diagnóstico. Núcleo – FG1 e Seções – FG2. O senhor presidente disse que poderiam fornecer o organograma para a Comissão. O conselheiro Jabr Omar disse que achava o tema importante, pois lembrava que quando o Professor Luís Isaías era presidente do Fórum de Diretores, tinham trazido a questão. Além de Museus, Câmaras, Departamentos, os Centros deveriam ter FGs para os Diretores. Deveriam olhar para o caso de terem Centros ou Faculdades. As FGs deveriam ir para Câmaras primeiro. Os Centros procuram diminuir a distância entre Administração e Cursos. O senhor presidente disse que iria lançar a proposta de composição da Comissão: um representante das Direções de Unidades Acadêmicas; dois representantes de TAs; dois estudantes; um representante dos demais docentes e um representante da próxima Gestão. A conselheira Isabel disse que deveriam ter uma paridade entre membros. Deveriam aumentar. O conselheiro Luciano disse achar importante que os Diretores fossem representados, por terem mais conhecimento das questões. Na parte Administrativa também deveria ter o mesmo peso. A discussão deveria ser global. O senhor presidente adaptou a proposta: dois Diretores; dois alunos; dois TAs; um docente e um da Gestão. O conselheiro César sugeriu que o CONSUN respeitando a Resolução 10/2018, demandasse a discussão deste tema ao COPLAN. O senhor presidente disse que fariam uma primeira votação entre compor a Comissão ou encaminhar ao COPLAN. A conselheira Fabiane Tejada disse que estava participando das discussões da transição, queria falar sobre a sugestão da conselheira Isabel, por achar interessante. Perguntou se poderiam indicar pela Gestão a TA Taís Ulrich e um Professor ligado à COPLAN. O senhor presidente fez a defesa da discussão ficar no CONSUN, dizendo que cabia a este Conselho, porque a lógica de criar o COPLAN, foi para que o planejamento parasse de ser centralizado. Esta era uma discussão mais Administrativa do que de Planejamento. O acúmulo de pessoas do CONSUN poderia alocar a discussão, por ser mais de ordem Administrativa. O conselheiro César defendeu que não estava tolhendo que o CONSUN discutisse, o COPLAN traria propostas para o Órgão Superior definir. O COPLAN teria como criar Grupos de Trabalho mais democráticos, para discutir. Lembrou que o resultado não era decisão final. O senhor presidente colocou em regime de votação: 1 – seguir a discussão no CONSUN – 44 (quarenta e quatro) votos; 2 – seguir a discussão no COPLAN – 01 (um) voto e abstenções – 01 (uma). Sobre a composição da Comissão: Sugestão do presidente (proposta nº 1): um representante das Direções; dois representantes dos TAs; dois representantes discentes; um representante dos demais docentes e dois representantes da próxima Gestão (obrigatoriamente um TA e um docente) com direito a voz e sem direito a voto. Proposta da conselheira Isabel (proposta nº 2): dois Diretores e dois representantes dos demais docentes. Proposta do conselheiro Rômulo: dois Diretores. A conselheira Isabel defendeu sua proposta dizendo que o docente que estava em cargo de Direção, trazia a visão do Gestor e o docente trazia a visão de quem tem outra vivência na Unidade. O senhor presidente esclareceu as propostas. O conselheiro Jabr Omar sugeriu que dois Diretores que já seriam representantes da categoria docente. Isabel concordou. Proposta nº 3: dois representantes dos Diretores; dois representantes dos TAs; dois representantes discentes; dois representantes da Gestão (com voz e não voto). O conselheiro Luciano propôs votarem apenas o número de Diretores e o número de docentes, pois os demais componentes era acordo entre todos. O senhor presidente colocou em votação: votarem a proposta inteira – 37 (trinta e sete) votos ou sugestão do conselheiro Luciano – 07 (sete) votos. Finalmente foi feita a votação entre as três propostas anteriores: Proposta 1 – 20 (vinte) votos; Proposta 2 – 19 (dezenove) votos; Proposta 3 – 08 (oito) votos e abstenções - 01 (um). Com a vitória da Proposta 1, passou à composição da Comissão: Diretores – Isabel Rasia, Marcelo Capilheira. Sobre suplentes, ficou decidido que o mais votado seria o titular e o segundo, seria suplente. A conselheira Isabel defendeu seu nome, dizendo que os dois representariam bem a categoria dos Diretores. Deveriam fazer um estudo aprofundado de todos que estavam recebendo FGs. No seu ponto de vista não poderiam tirar de alguém para ceder a outro. Teriam que buscar. Este estudo iria contribuir para a próxima Gestão. O conselheiro Marcelo defendeu seu nome dizendo que concordava com a conselheira Isabel e disse que havia colocado seu nome à disposição, por ter passado por várias experiências de FGs. O segundo ponto era que, como Gestor, tinha enfrentado bastante o problema de FG, por conta dos cursos novos. UBSs, que têm problemas em relação a isto, pois as chefias perdem insalubridade. Gestão de cursos novos que perdem a representatividade, por conta disto. Por último, disse que nos últimos tempos têm enfrentado o problema no Fórum de Diretores que tem sido escutado e se

reunido trazendo estas questões. Colocados os nomes em votação: Isabel – 22 (vinte e dois) votos e Marcelo – 21 (vinte e um); abstenções – 01 (uma). A seguir, passou à indicação do representante dos demais docentes: César Bergoli. Colocado em votação, este foi aprovado por unanimidade. A seguir, foram votados os representantes dos TAs: Morgan Yuri Machado (área Acadêmica) e Emileni Tessman com Rogéria Garcia (área Administrativa). Colocados em votação os nomes das TAs da área Administrativa: Emileni – 27 (vinte e sete) votos; Rogéria – 13 (treze) votos e abstenções – 02 (duas). Representantes discentes – os alunos iriam indicar os nomes. A Gestão eleita iria indicar os representantes da Gestão. O conselheiro Luiz Carlos Rigo se candidatou como suplente do Candidato César Bergoli e o conselheiro João Carlos Roedel se candidatou como suplente do candidato Morgan Yuri. A seguir, o senhor presidente deixou a palavra à disposição dos conselheiros que desejassem fazer alguma manifestação. A conselheira Eugênia Antunes se manifestou dizendo que não queria questionar o processo que haviam feito de escolha, mas queria pensar na democracia. Sempre havia participado de Comissões e tinha experiência e na eleição que haviam feito os representantes não foram eleitos por seus pares. O conselheiro Sebastião Peres informou sobre ataque violento onde foi vítima o Programa de Pós-Graduação em Antropologia, durante a defesa de Tese, quando a reunião foi invadida pela exibição de vídeos e áudios grotescos. Deixava registrada a indignação da Unidade e da Comunidade. Disse ser ataque específico por se tratar de trabalho da área de Antropologia, que tem sido atacada até pela classe política. Deixou solidariedade da Direção aos colegas da Banca e ao colega que defendia sua Tese. Disse que iriam resistir como Universidade. O senhor presidente disse que já havia acontecido caso semelhante nas eleições e o caso havia sido encaminhado para a Polícia Federal. Já tinham uma primeira resposta da PF. A conselheira Fabiane colocou uma questão de ser público que havia sido convidada para ser Pró-Reitora de Assuntos Estudantis, abria mão de sua cadeira e ficaria seu suplente, conselheiro Lúcio André de Oliveira Fernandes. A conselheira Eugênia falou que era solidária às pessoas que haviam sido vítimas do ataque. Disse que havia recebido informação de que teriam sido feitas pichações em relação ao nazismo no prédio do ICH. O senhor presidente disse que, pelas câmaras de segurança, haviam descoberto as pessoas que fizeram este crime e enviaram as imagens para a Polícia Federal. Sem mais manifestações, finalmente o senhor presidente agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a reunião às onze horas e quarenta e três minutos e eu Roseméri Gomes Gonçalves, Secretária dos Conselhos Superiores, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada foi igualmente assinada eletronicamente pelo senhor presidente.



Documento assinado eletronicamente por **ROSEMÉRI GOMES GONCALVES, Secretária, Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão**, em 11/03/2021, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO RODRIGUES CURI HALLAL, Professor do Magistério Superior/Assoc./Tit.**, em 12/03/2021, às 11:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1220270** e o código CRC **6DF7BB21**.